

PLATAFORMA DAS QUEIMAS E QUEIMADAS

Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade aplica-se aos dados recolhidos e tratados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) no exercício das suas atribuições, designadamente através do *website* <https://fogos.icnf.pt:8443/queimasqueimadas/login.asp> da sua responsabilidade, doravante designado por Plataforma das Queimas e Queimadas, que permite efetuar, nos termos conjugados dos artigos 65.º, n.º 5 e 66.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, o registo do pedido de autorização ou a comunicação prévia de queimas e queimadas ao respetivo município.

O ICNF respeita o direito à privacidade dos utilizadores, pelo que na Plataforma das Queimas e Queimadas, não são recolhidos nem colecionados, quaisquer dados pessoais sem consentimento do seu titular.

O tratamento de dados pessoais do utilizador é confidencial e da responsabilidade do ICNF.

O ICNF assegura as boas práticas em matéria de privacidade no contexto da Plataforma das Queimas e Queimadas, sem prejuízo da extensão deste compromisso a outros serviços em linha geridos por este Instituto que estejam interligados àquela.

Os dados pessoais que o utilizador forneça durante a interação com a Plataforma das Queimas e Queimadas, suas aplicações e componentes, serão tratados com as garantias de segurança e confidencialidade exigidas pelo enquadramento legal relativo à proteção de dados pessoais e tendo presente as finalidades de serviço público que o ICNF prossegue.

Estão assegurados ao titular dos dados pessoais diversos direitos, nomeadamente o direito de acesso, de retificação ou de requerer a eliminação dos seus dados pessoais. Estes direitos podem ser exercidos a todo o instante, fazendo para isso uso das funcionalidades disponíveis na sua área pessoal.

Para fins informativos não é exigido qualquer registo prévio de utilizador, sem prejuízo de, em situações específicas, poder ser solicitada a identidade e endereço de correio eletrónico, nomeadamente para recolha de comentários, sugestões ou resposta a esclarecimentos.

Para a utilização da Plataforma é exigida a autenticação do utilizador, podendo, nesse caso, proceder-se à recolha de dados pessoais com o consentimento prévio e inequívoco do titular, de modo a permitir identificar o utilizador em todas as interações que este realizar com o Instituto, seja por sua iniciativa, seja para seu interesse, nomeadamente enquanto entidade singular ou como representante de entidade coletiva registada no sistema.

Quer para fins informativos, quer para efeitos transacionais, os dados pessoais das pessoas singulares estão protegidos nos termos da lei, não podendo ser revelados a entidades terceiras, nomeadamente exteriores à administração pública, sem o expresse consentimento do seu titular e pelo período que este fixar.

No quadro de legislação específica aplicável que possa determinar que a pessoa singular não está obrigada a fornecer à administração pública dados repetidos, ou que essa legislação obrigue à partilha de dados entre entidades públicas para determinados efeitos legalmente previstos, o ICNF reserva-se o direito facultar o devido acesso aos dados relevantes em razão do contexto, respeitando sempre as melhores práticas e princípios de gestores relativos à partilha de informação com entidades da administração pública.

Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais

O ICNF, enquanto entidade pública responsável pelo tratamento de dados:

- Assegura que o tratamento dos seus dados pessoais é efetuado no âmbito dos fins públicos para os quais os mesmos foram recolhidos ou para finalidades compatíveis com aqueles;
- Recolhe, utiliza e conserva apenas os dados pessoais necessários aos fins em causa;
- Não procede a qualquer transmissão de dados pessoais para fins comerciais ou de publicidade;
- Trata os dados pessoais exclusivamente para os fins legalmente previstos ou para a prossecução de serviços solicitados.

Subcontratante

No âmbito da sua missão, atribuições e competências, o ICNF pode receber dados pessoais provenientes de entidades que os recolham junto do cidadão (ex.: Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), as quais são responsáveis pelo tratamento daqueles, o que significa a assunção, nesses casos, da condição de subcontratante ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação nacional, obrigando-se, nessa qualidade, ao cumprimento dos acordos de privacidade e de tratamento de dados pessoais contratualizados por essas entidades.

Tipologia dos Dados Pessoais Recolhidos

Os dados pessoais sujeitos a tratamento por parte do ICNF no contexto da Plataforma das Queimas e Queimadas e dos serviços disponibilizados por seu intermédio são de natureza diversa, atenta quer a prestação de serviços promovidos por este sistema quer os demais serviços sob gestão deste Instituto.

Assim, e de acordo com o tipo de serviços prestados, poderão ser recolhidos: data e hora do acesso, nome, número de identificação fiscal (NIF), morada, endereço de correio eletrónico, número de contacto telefónico.

Os dados pessoais de identificação e de contacto podem ser disponibilizados, para fins de processamento de um pedido de queima/queimada, a outras entidades legalmente constituídas que se considerem indispensáveis para o cumprimento do disposto na legislação (Câmaras Municipais) e para fins de prevenção (Corporações de Bombeiros). Podem igualmente ser disponibilizados às autoridades policiais ou judiciais no âmbito de processos de inquérito.

No âmbito da sua missão, atribuições e competências o ICNF pode receber dados pessoais provenientes de entidades que os recolham junto do cidadão (ex.: Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia).

Em função das necessidades e no estrito respeito pelo princípio legalmente previsto da minimização da recolha de dados pessoais, apenas serão solicitados os dados necessários e suficientes para a prestação do serviço em causa.

Acesso e Controlo dos Dados Pessoais

É possibilitado, a pedido do utilizador, o acesso, a retificação e a eliminação dos seus dados pessoais, sendo igualmente assegurado o direito de se opor ao processamento dos mesmos, salvo se tal for inexecutável por se tratar de informação essencial para o cumprimento de obrigações legalmente previstas.

É reconhecido ao utilizador o direito de retirar o consentimento dado para a utilização dos dados, sem no entanto ficar comprometida a validade do tratamento desses mesmos dados até à manifestação desse desejo.

Caso pretenda apresentar alguma reclamação relativamente a matérias relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais poderá fazê-lo junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), a autoridade de controlo competente em Portugal (para mais informações, aceda a www.cnpd.pt). Neste caso, solicitamos o especial favor de nos contactar previamente à apresentação da reclamação junto da CNPD, tendo em vista a resolução rápida do problema reportado.

Sem prejuízo de funcionalidades próprias da Plataforma das Queimas e Queimadas que lhe facultam a possibilidade de exercer autonomamente alguns dos seus direitos abaixo referidos (acesso, retificação, oposição, limitação e eliminação dos dados pessoais), o utilizador pode sempre, através do Encarregado de Proteção de Dados (ver formas de contacto mais abaixo), solicitar:

- Informação acerca dos seus dados;
- Informação acerca do processamento;
- A finalidade subjacente ao tratamento;
- A correção ou atualização dos dados;
- Os seus dados num formato aberto;
- A eliminação dos dados.

Conservação dos Dados Pessoais

Os dados pessoais dos utilizadores são conservados pelo ICNF pelo período necessário ao respetivo tratamento, de acordo com o fim em causa.

Os períodos de conservação podem alterar-se quando o interesse público associado, motivos históricos, científicos ou estatísticos assim o justificarem, comprometendo-se o ICNF a adotar as medidas de conservação e segurança adequadas ao caso.

Segurança dos Dados Pessoais

O ICNF, na prossecução das suas atividades, utiliza um conjunto de tecnologias e procedimentos de segurança que visam a correta e adequada proteção dos seus dados pessoais, protegendo o acesso ou divulgação não autorizados aos mesmos, nomeadamente:

- Medidas de segurança física como o controlo de acessos a funcionários, colaboradores e visitantes às instalações da sede, bem como, especificamente, às instalações do centro de dados, através quer de diversos mecanismos de evitação da intrusão, assim como de extinção de incêndios e de monitorização de equipamentos, como seja o alojamento de equipamentos de comunicações em instalações em condições adequadas (bastidores dedicados);
- Na componente de rede, pelo uso de *firewalls* e sistemas de deteção de intrusão, segregando redes e ambientes aplicacionais, física e logicamente, bem como pelo recurso à encriptação de informação através de canais de comunicação seguros com ou sem recurso a ligações por Virtual Private Network (VPN).
- Medidas de segurança lógica, designadamente na componente de acessos a sistemas e postos de trabalho, mediante a adoção de mecanismos de gestão de identidades e perfis e de autenticação e privilégios associados com base no princípio do privilégio mínimo.

Encarregado de Proteção de Dados

O ICNF designou um Encarregado de Proteção de Dados (EPD) que pode ser contactado diretamente através do endereço eletrónico encarregado.protecao.dados@icnf.pt ou por carta registada com aviso de receção para a sede deste Instituto.

Exoneração de responsabilidade

O ICNF não pode ser responsabilizado por quaisquer prejuízos ou danos em sede de responsabilidade civil (incluindo, mas sem que a estes estejam limitados, danos emergentes, lucros cessantes e danos morais, causados direta ou indiretamente) que resultem da utilização, correta ou incorreta, da Plataforma das Queimas e Queimadas, dos seus conteúdos pelo utilizador ou do acesso indevido ao computador e/ou sistema informático do utilizador por terceiros.

Salvo indicação em contrário, para efeito dos dados informativos disponibilizados publicamente, ou seja, cujo acesso não esteja condicionado a autenticação prévia para efeitos de acesso aos mesmos, a Plataforma das Queimas e Queimadas não garante que os documentos e outros conteúdos disponíveis em linha reproduzam exatamente qualquer texto adotado oficialmente, pelo que, nessas circunstâncias, apenas a versão dos atos publicados no Diário da República é considerada autêntica.

A referência a disposições legais na Plataforma das Queimas e Queimadas, ainda que parciais, não dispensa a consulta das normas legais em vigor aprovadas oficialmente e publicadas nas edições e suportes originais, nomeadamente o Diário da República ou o Jornal Oficial da União Europeia.

A informação constante na Plataforma das Queimas e Queimadas tem um cariz informativo e deve ser considerada exclusivamente como tal pelo utilizador. Apesar dos esforços do ICNF para manter os conteúdos atualizados e fidedignos, os mesmos podem

conter incorreções, erros de escrita ou refletir dados desatualizados, não podendo o ICNF ser responsabilizado pela completa exatidão e atualidade de toda a informação constante do sistema.

A Plataforma das Queimas e Queimadas pode conter ligações para sítios operados por entidades terceiras sobre os quais o ICNF não dispõe de controlo e em relação aos quais não assume qualquer responsabilidade, seja em termos de conteúdo, seja em termos de acesso e operação. Assim, quando o utilizador acede a sítios de outras entidades através da Plataforma das Queimas e Queimadas deve assegurar-se das políticas de privacidade desses outros sítios digitais.

O ICNF tem o direito de, em qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, tomar as providências necessárias, incluindo restringir ou limitar o acesso à Plataforma das Queimas e Queimadas, com o propósito de assegurar a integridade, segurança, continuidade ou qualidade dos dados ou do sistema.

De igual forma, o ICNF não pode ser responsabilizado por erros que possam ocorrer devido a indisponibilidade temporária da Plataforma.

Alterações e atualizações da Plataforma das Queimas e Queimadas

O ICNF tem o direito exclusivo de, a todo o tempo e sem aviso prévio, atualizar, alterar ou suspender, parcial ou totalmente, funcionalidades disponíveis na Plataforma das Queimas e Queimadas, incluindo as que podem ser implementadas de forma faseada e não se encontrem disponíveis no momento da entrada em funcionamento do sistema.

Alterações à Política de Segurança e Privacidade

A presente Política de Privacidade, que deve ler atentamente e aceitar, antes de registar-se na Plataforma das Queimas e Queimadas, podem ser alterados a qualquer momento pelo ICNF, sem aviso prévio e sem necessidade de prévio consentimento do titular dos dados, quer em resultado de opções de gestão, quer em resultado de imposição legal, considerando-se que as alterações entram em vigor a partir da data da sua publicitação na Plataforma das Queimas e Queimadas, fazendo-se expressa referência à versão e data de atualização.

Lei aplicável e foro competente

A presente Política de privacidade é regida e interpretada de acordo com a lei portuguesa. É competente o Tribunal da Comarca de Lisboa, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer conflitos que resultem da interpretação e aplicação da presente Política de Privacidade.